



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

A corrupção das palavras

O cineasta Glauber Rocha e o jornalista Paulo Francis se conheceram por meio de um duelo. Francis era crítico de teatro na Última Hora, no Rio, e escreveu um texto desancando o trabalho desenvolvido pelo diretor Martim Gonçalves em Salvador, a quem acusava de provincianismo.

Glauber tinha pouco mais de 20 anos, era ilustre desconhecido fora de Salvador, mas tomou as dores de Martim, publicou o artigo Tope a parada, mister Francis,

no Suplemento Dominical do Jornal do Brasil, editado por Reynaldo Jardim. E provocou Francis a conhecer o trabalho de Martim em Salvador: "Por sermos baianos não somos cretinos como você pensa. A fonte da juventude não está nos bares e muito menos nesta angústia diária de ler jornais estrangeiros e aspirar Nova York ou Paris e se frustrar novamente em sua profissão de crítico, que seria digna caso fosse honesta e interessada no seu país. Como pode, então, uma pessoa acusar outra de dileitante e alienada, se ela mesma acha que o centro do mundo é o Rio ou São Paulo".

Francis considerou o artigo tão bem escrito que não respondeu e ficou amigo de Glauber até o fim da vida. Imagine nos dias de hoje alguém que se torne

amigo de outro por causa de uma divergência cultural ou política. É algo completamente improvável. Lembrei do embate por causa das falsas polêmicas que nos assolam. No caso de Glauber e Paulo Francis, estava em jogo o debate, ainda atual, a respeito da dominação dos grandes centros urbanos sobre os centros regionais.

Nós temos uma tradição de grandes polemistas: Oswald de Andrade, Gilberto Freyre, Nelson Rodrigues, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José Guilherme Merquior. A campanha de Nabuco pela abolição é memorável.

E, no campo da música popular, o duelo de Wilson Batista e Noel Rosa girou em torno do tema da malandragem: "Malandro é palavra derrotista/que só serve

pra tirar todo valor do sambista/proponho ao povo civilizado/não chamar de malandro/e sim de rapaz folgado".

E, para puxar para o presente, é possível serem chamadas de polêmicas as batallas poéticas dos rappers nas praças. Elas compõem um balé de inteligência, improviso e verve. Mas, não é possível dizer o mesmo sobre as falsas pendengas atuais. A imprensa tem feito um trabalho muito importante durante a pandemia. Se não fosse ela, aliada à ciência, a situação seria ainda mais grave.

No entanto, parece-me que alguns colegas se equivocam em qualificar de polêmicas atitudes e manifestações que são expressões apenas de ignorância, falta de educação, tolice, insciência, estupez ou asnice. Com isso, papalvos de

carteirinha são alçados à condição de grandes polemistas. Ganham o status de grandes intelectuais.

Eu pergunto: o que há de polêmico em praticar racismo, atacar as mulheres covardemente, negar a singularidade dos povos indígenas, fazer manifestações contra a democracia ou recusar-se a usar a máscara em uma pandemia? O que tem de polêmica a campanha negacionista contra as vacinas? Nada. É, simplesmente, uma mentira perigosa.

Precisamos reabilitar a dignidade das palavras. Contendas que não tenham nenhuma ideia em jogo não podem ser nomeadas de polêmicas. O primeiro passo é chamar os fatos pelo seu nome verdadeiro. Como diria o polemista Rui Barbosa: "Em vez de evoluir, retrogradamos".

» Entrevista | GISELLE FERREIRA | SECRETÁRIA DA MULHER DO DF

Ao *CB.Poder*, a gestora atribuiu a redução desses crimes ao conjunto de ações adotadas, entre elas, o aplicativo Viva Flor, que conecta a vítima à polícia. Ela também afirmou que, neste semestre, serão inauguradas mais quatro Casas da Mulher Brasileira

Casos de feminicídio caem 63%

» LUIS FELLYPE RODRIGUES*

Mais quatro Casas da Mulher Brasileira (CMB) serão entregues até o fim deste semestre, afirmou a secretária da Mulher do Distrito Federal, Giselle Ferreira, no programa *CB.Poder* — parceria entre o *Correio* e a TV Brasília — de ontem. As jornalistas Adriana Bernardes e

Ana Maria Campos, a chefe da pasta destacou ações que, segundo ela, resultaram na redução de 63% nos casos de feminicídio — este ano, no primeiro semestre, foram oito ocorrências. No mesmo período de 2023, foram 22. Também falou sobre o programa *Acolher Eles e Elas*, voltado para órfãos de feminicídio e que beneficia cerca de 130 órfãos com um salário mínimo.

O que é o Aluguel Social que foi regulamentado hoje?

É mais uma política pública em prol das nossas mulheres, porque essa ferramenta já existia para vulnerabilidade e, agora, a adicionamos para vítimas de violência doméstica, uma questão que está na nossa pauta. Identificamos a necessidade para as mulheres que estão com dependência econômica e passam por violência doméstica. Temos alguns equipamentos públicos, como a Casa Abrigo e a Casa da Mulher Brasileira, e esta é mais uma política pública para dar apoio para elas saírem dessa dependência econômica.

E o programa *Acolher Eles e Elas*, voltado aos órfãos de feminicídio. Quantos recebem esse benefício?

Hoje, conseguimos atender

cerca de 130 órfãos de feminicídio com um salário mínimo. Sabemos que o mal desse crime permanece e a família fica destruída. Por isso, precisamos dar atenção a esses órfãos. Aqui no DF, temos cerca de 300 órfãos de feminicídio, mas para receber esse benefício, temos critérios, como vulnerabilidade e estar na faixa etária de até 18 ou 21 anos. Isso é muito mais que um benefício financeiro, também oferecemos atendimento e fazemos acompanhamento com a família.

E a Casa da Mulher Brasileira (CMB). Há uma em funcionamento. Outras serão entregues?

Vamos entregar mais quatro casas ainda este semestre. Duas na região norte, pois precisamos atuar mais na região, que serão em

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Aponte a câmera do celular e acesse o conteúdo completo

Sobradinho 2 e São Sebastião; e outras duas na região Sul, no Sol Nascente e no Recanto das Emas. Por que isso? Precisamos democratizar esses espaços para as mulheres. Eles estão lá para elas, não só aquelas que são vítimas de violência doméstica, mas também para aquelas que buscam empregabilidade, informação e orientação, porque quando falamos de violência doméstica, nós nos deparamos com muita violência física, mas há outros tipos, como a patrimonial, psicológica, sexual, entre outras. Por isso, precisamos levar

informação, o encorajamento salva a mulher. Quanto mais campanhas fazemos, mais denúncias surgem.

Do ponto de vista de políticas públicas, qual mudança foi essencial para a redução de casos de feminicídio?

Não há como ser apenas uma ação, pois, para proteger a mulher, trabalhamos em rede. No ano passado, fizemos uma força-tarefa

contra o feminicídio e estabelecemos algumas metas, curtas, médias e a longo prazo, para alcançar esses índices de diminuição de 63% nos feminicídios.

Quais metas foram essas?

Primeiro, reunimos 11 secretarias do governo, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e outras entidades. Fizemos campanhas institucionais para levar informação

e entender o motivo de 70% das mulheres vítimas de feminicídio não terem procurado ajuda. Mostramos a importância da denúncia, por que você liga para a polícia quando ouve uma mulher sendo agredida? Ou seja, envolvemos a vizinhança. O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, diz que não há como colocar um policial em cada casa. Por isso, precisamos envolver toda a sociedade, já que a violência doméstica acontece dentro do lar. Mudamos alguns protocolos, como é o caso do programa Viva Flor, por meio do qual a mulher recebe um aplicativo, uma espécie de botão de pânico — ela pode acionar a polícia quando se sentir ameaçada. Antes, isso teria que ser determinado pela Justiça. Hoje, se for em uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) e identificarem esse risco, ela consegue esse equipamento e a medida protetiva, e fazemos esse acompanhamento. Não perdemos nenhuma das mulheres que usam essa ferramenta. Regulamentamos diversas leis e fizemos outras parcerias. Só vamos comemorar quando o número for zero.

* Estagiário sob a supervisão de Malcia Afonso

PROTEÇÃO À MULHER

Aluguel para vítimas de violência

» LETÍCIA GUEDES

Mulheres em vulnerabilidade social, vítimas de violência doméstica, terão direito a mais um auxílio do Governo do Distrito Federal (GDF). A Lei nº 6.623/2020, que concede aluguel social a mulheres nessa situação, foi regulamentada ontem pela governadora em exercício do DF, Celina Leão (PP). A senadora Damares Alves (Republicanos-DF) estava entre os políticos presentes na solenidade.

Ministra da Família e Mulher do governo Bolsonaro, Damares tem uma relação próxima com Celina. Mas recentemente admi-

tiu ao *CB.Poder* que pode, como a governadora em exercício do DF, concorrer ao Palácio do Buriti. Ela tem entre suas bandeiras a defesa das mulheres.

O aluguel social é um benefício que uniu os discursos das duas políticas. A proposta, de autoria do deputado federal Rafael Prudente (MDB), havia sido aprovada pela Câmara Legislativa (CLDF) em 2020, quando ele ocupava uma cadeira na Casa. Mas só agora entra em vigor com as regras definidas pelo decreto assinado por Celina.

O auxílio de meio salário mínimo é uma assistência financeira temporária e complementar,

Renato Alves/Agência Brasília



Celina Leão: mulheres beneficiadas farão cursos de qualificação

com duração inicial de seis meses, podendo chegar a 12 meses, para vítimas de violência doméstica em situação de extrema vulnerabilidade econômico-social, explicou a governadora em exercício Celina Leão.

Uma das exigências impostas

pelo GDF é que as beneficiárias frequentem cursos de qualificação, que serão oferecidos por meio da Secretaria da Mulher (SMDF). Celina Leão apontou que essa é uma forma de capacitar as mulheres, para que conquistem independência financeira. "As mu-

lheres que fizerem adesão do programa serão obrigadas a fazer cursos de qualificação, porque a gente está preocupado também quando acaba o auxílio, para que sejam inseridas no mercado de trabalho. Queremos fazer um acompanhamento integral, com cursos de capacitação e o encaminhamento ao mercado de trabalho, é como se inseríssemos essa mulher numa vida totalmente normal e sem violência", destacou.

Caberá à Secretaria da Mulher cuidar do processo administrativo, incluindo a análise e o parecer técnico-social, além de acompanhar as beneficiárias durante o período de concessão do aluguel social. Em caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos, a assistência poderá ser cancelada, sempre com comunicação à beneficiária.

Inspiração

Damares elogiou a regulamentação e afirmou que a lei é um exemplo para o país. "Que o Brasil inteiro se inspire neste governo. Quantos eventos de entregas para mulheres nós estamos tendo neste lugar (Palácio do Buriti)? Eu posso dizer, com certeza, porque fui ministra da pauta, que este é o governo que mais protege mulheres no Brasil. Eu, a Celina e a Giselle (secretária da Mulher) estamos acompanhando indicadores, e nós vamos fazer um evento aqui para mostrar para o mundo que o DF é o melhor lugar para ser mulher", disse.

"Haverá várias portas de entrada (para acessar o auxílio). Nós já temos nossas próprias triagens

daquelas mulheres que precisam, por meio do TJDFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios), mas também haverá busca ativa e por necessidade própria", disse a secretária da Mulher, Giselle Ferreira, sobre como as vítimas poderão buscar o benefício. A chefe da pasta ressaltou a importância dos cursos de qualificação para que a mulher consiga se desvencilhar do agressor. "A gente não quer que seja um assistencialismo, mas uma porta de saída da violência doméstica", enfatizou, completando que a vulnerabilidade econômica é um dos caminhos para que as vítimas permaneçam em situação de violência.

O secretário de Segurança Pública, Sandro Avelar, destacou a união no GDF. "Este governo vem trabalhando o envolvimento integral de todas as áreas, mas não somente o governo, esse é também um convite à sociedade civil e à imprensa, para que participem desse processo que vem sendo tratado aqui no DF de envolvimento da comunidade para redução dos índices de violência e isso tem, na área de segurança pública, dado muito resultado."

A assistente social Margarida Minervina, 52 anos, esteve no Palácio do Buriti para a cerimônia de assinatura e comemorou a conquista. "Essa ação é de grande valia para as mulheres, principalmente da periferia. Vamos falar da mulher periférica, da mulher preta, pobre. Isso vem para que essa mulher periférica, que não tem renda, que não estudou, assim como eu, que demorei para conseguir estudar, alcance a dignidade de ter o seu lar", avaliou.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90001/2024

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de impressão de livros, livretos, cartilhas, para atender as necessidades do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **ENVIO DAS PROPOSTAS:** A partir do dia 10/07/2024 - até às 09:00 horas do dia 23/07/2024, horário de Brasília, por meio do sistema eletrônico: <http://www.gov.br/compras>. **EDITAL E INFORMAÇÕES:** A cópia do texto integral deste Edital está disponível nos sites <http://www.gov.br/compras>, Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (www.gov.br), podendo também ser retirada no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT, SAS Quadra 05 Bloco H, sala 302, 3º andar, tel. (61) 3217-6411, Brasília/DF. **RICARDO SANTOS NUNES - PREGOEIRO.**



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90009/2024

O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de Assistente Administrativo (Nível I e II), Técnico em Secretariado, Secretariado Executivo, Recepção e Supervisor, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

EDITAL: Disponível na Internet nos endereços: <https://www.gov.br/compras/pt-br/> ou http://sisel.mdr.gov.br/consulta_edital.php

ABERTURA: 25/07/2024, às 10h (dez horas), no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

Débora de Carvalho Sousa
Analista Técnico-Administrativo